

MIGRAÇÃO E POBREZA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES PARA O BRASIL (1995-2014)*

Pier Francesco De Maria (Demografia – UNICAMP)[†]
Prof^a. Dr^a. Rosana Baeninger (orientadora)[‡]

RESUMO

Um dos grandes problemas no estudo da pobreza é sua aparente homogeneidade, causada por análises em grandes áreas, dado que o fenômeno é heterogêneo, tanto espacialmente como socialmente. Além disto, não todos os pobres nasceram onde hoje residem, já que a migração pode ser adotada como estratégia de sobrevivência, o que implica em análises enviesadas se esta variável não for considerada. Pelo fato de os fluxos migratórios internos no Brasil serem dinâmicos, as relações entre migração e pobreza no Brasil não são completamente esclarecidas, sendo o objetivo deste estudo uma primeira aproximação destas duas dimensões. Parte-se da hipótese de a migração contribuir para distinguir significativamente os domicílios por nível de pobreza. Complementarmente, tem-se a hipótese de diferenciais segundo condição migratória (não-migrantes, migrantes e retornados), tempo desde o último deslocamento (0-4, 5-9 e 10+ anos) e destino (por regiões). Para desenvolver esta primeira aproximação, são usados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1995 a 2014, utilizando os módulos de migração e um índice de vulnerabilidade familiar adaptado para domicílios. Outras variáveis (como sexo e raça/cor do responsável) são adotadas para entender melhor as relações entre migração e pobreza.

Palavras-chave: pobreza; migração interna; PNAD

INTRODUÇÃO

Um dos grandes problemas no estudo da pobreza é sua aparente homogeneidade, causada por análises em grandes áreas, dado que o fenômeno é heterogêneo, tanto espacialmente como socialmente. Além disto, não todos os pobres nasceram onde hoje residem, já que a migração pode ser adotada como estratégia de sobrevivência, o que implica em análises enviesadas se esta variável não for considerada. Estas constatações precisam permear o estudo da migração interna no Brasil quando a esta se adiciona uma das principais componentes sociais: a dinâmica da pobreza. Todavia, o estudo da evolução e das relações entre estas duas variáveis é ainda incipiente, sobretudo quando se toma em análise a perspectiva multidimensional da pobreza.

* Este trabalho compõe as análises em andamento da tese de doutorado do aluno, inserida no âmbito do Projeto “Observatório das Migrações em São Paulo” (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).

[†] Economista e mestre em Demografia pela UNICAMP. Doutorando em Demografia pela UNICAMP. Pesquisador do Projeto “Observatório das Migrações em São Paulo”. Contato: pier@nepo.unicamp.br.

[‡] Professora associada do Departamento de Demografia (DD-IFCH) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO) da UNICAMP. Coordenadora do Projeto “Observatório das Migrações em São Paulo”. Contato: baeninger@nepo.unicamp.br.



Ainda que a pobreza seja um fenômeno concentrado (ao estudar áreas intraurbanas), ao mesmo tempo em que é espacialmente heterogêneo (quando se analisam diversos espaços inter-urbanos, por exemplo), a (des)concentração da população pobre não é fruto única e exclusivamente de desequilíbrios regionais *per se*. O processo de industrialização e de desenvolvimento econômico do país em muito influenciou a dinâmica dos fluxos migratórios internos (tanto em termos de volume, como de direção e composição). Disto, depreende-se que, ao mesmo tempo que a migração pode ser adotada como estratégia de sobrevivência, tal decisão pode não resultar em melhoras nas condições de vida no destino, além de poder estimular externalidades negativas na origem.

De um lado, as regiões de origem podem “se tornar” mais (menos) pobres se a migração for dos menos (mais) pobres. Porém, se, na origem, a migração é causada por fatores de expulsão, criar-se-ia um círculo vicioso pelo qual os mais pobres jamais sairiam de lá, à medida que, quanto maior o nível de pobreza, maiores os obstáculos sociais e econômicos existentes à saída. De outro lado, nas áreas de destino, pode haver um depauperamento de certas regiões a nível intra-urbano, à medida que os pobres são espacialmente segregados e confinados às periferias (com pouco acesso a serviços, além de serem áreas de vulnerabilidade social e ambiental).

O objetivo deste estudo – considerando as limitações das fontes de dados disponíveis – é realizar uma primeira aproximação quantitativa entre pobreza e migração para o período de estabilidade econômica do pós-Real (1995-2014). Para contar a limitação de não se ter informação a respeito das condições de vida dos migrantes na origem (ou seja, antes do ato migratório), parte-se da hipótese de a migração contribuir para distinguir significativamente os domicílios por nível de pobreza no destino. Ademais, tem-se a hipótese de diferenciais importantes por condição migratória (não-migrantes, migrantes e retornados), tempo desde o último deslocamento (0-4, 5-9 e 10+ anos) e destino (por regiões).

Para desenvolver esta primeira aproximação, são usados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995 a 2014, utilizando os módulos de migração e um índice de vulnerabilidade familiar adaptado para domicílios. Outras variáveis (como sexo e raça/cor do responsável) são adotadas para entender melhor as relações entre migração e pobreza. Espera-se, a partir desta primeira aproximação, avaliar a dinâmica da pobreza e os possíveis diferenciais que as variáveis de migração trazem para o estudo.

1. APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Os processos migratórios no Brasil pós-1980 se originariam de fatores associados ao padrão de acumulação capitalista. A nova ordem internacional pós-1979 e seus reflexos no Brasil são fundamentais para entender os processos migratórios nos anos 1980 (PACHECO; PATARRA, 1997). A desconcentração industrial, em curso desde fins dos anos 1960 (MARTINE, 1994), alterou a espacialidade do desenvolvimento nacional, provocando mudanças demográficas importantes, via migrações de retorno e movimentos oriundos de fatores espaciais de expulsão ou de atração, tanto na origem, como no destino (SINGER, 1973).



Enquanto mudanças demográficas relevantes ocorriam no país, a política macroeconômica na década de 1980 provocou a estagnação da pobreza e a elevação da desigualdade. Ramos (1994) aponta que, no período, a proporção de pobres variou entre 24 e 42%, sem padrão. O autor sugere que, dadas as variações no hiato quadrático da pobreza, a política macroeconômica oscilante afetou muito mais os mais pobres do que qualquer outro grupo populacional. As fortes oscilações na proporção de pobres são explicadas por Rocha (2013, p. 8) como fruto da variação na inflação e do crescimento econômico.

Entre 1980 e 1991, a população brasileira cresceu abaixo de 2% a.a., com exceção de Norte (4%) e Centro-Oeste (3%). Possíveis explicações são: 1) Norte e Centro-Oeste passaram a receber mais migrantes por conta da expansão das áreas de fronteira; 2) no Nordeste, houve migração de retorno e redução da emigração, frutos da crise econômica; e 3) o Sudeste passou por mudanças significativas e duradouras nos padrões de recepção migratória (MARTINE, 1994). Esta quebra de tendência no crescimento demográfico e na concentração urbana levou as migrações internas no Brasil a assumirem “maior complexidade (...), com a intensificação dos deslocamentos do tipo urbano-urbano” (CUNHA; BAENINGER, 2005, p. 88).

Esta maior complexidade envolve uma revisão no papel das RMs em receberem sistemática e continuamente imigrantes, dado que, já entre 1970 e 1980, se percebera a redução no seu ritmo de crescimento (BAENINGER, 1999a). Ademais, embora entre 1970 e 1996 a população nas nove principais RMs tenha dobrado, o incremento absoluto nas metrópoles de concentração populacional (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) sofreu uma notável inversão de tendência (BAENINGER, 1999a, p. 536).

A partir da década de 1980, com a redução do ímpeto de crescimento populacional nas cidades-núcleo das metrópoles, cresceu a importância (e a população) dos municípios não-metropolitanos (BAENINGER, 1999a) e das periferias das metrópoles, em um processo de “periferização” provocado pela migração intrametropolitana dos menos abastados (CUNHA, 2003). O processo de desconcentração demográfica – inevitável à medida que acontece a desconcentração industrial (MARTINE, 1994) – levou a população para fora dos núcleos metropolitanos, especialmente para cidades de médio porte (CUNHA; BAENINGER, 2005).

Confirmando o processo, Baeninger (1999a, p. 544) mostra, com os dados da Contagem Populacional de 1996, que o crescimento dos municípios não-metropolitanos de médio (1,86%) e grande porte (2,44%) foi superior ao das RMs mais antigas (1,54%) e à média brasileira (1,36%). Este processo beneficiou “as emergentes aglomerações metropolitanas do país”, além “[d]os municípios de porte intermediário no interior dos Estados, em detrimento do centro hegemônico” (CUNHA, 2003, p. 230). Assim, São Paulo deixou de ser o “maior pólo [*sic*] de atração do país” (DEDECCA; CUNHA, 2000, p. 3).

Nos anos 1990, especialmente no período 1991-1996, a migração inter-regional foi menor do que no quinquênio anterior. Todavia, a distribuição de origem e destino se manteve constante, com as maiores saídas no Nordeste, região mais pobre do país, e as maiores entradas no Sudeste, região mais industrializada e desenvolvida (BAENINGER, 1999b). Isto mostra que, embora a década de 1980 seja de notáveis reconfigurações na migração interna, diversos padrões foram reestabelecidos nos anos 1990, como o fluxo Nordeste-Sudeste (CUNHA; BAENINGER, 2005).



Se os anos 1990 foram de novas reconfigurações na migração interna, estudar a pobreza no período demanda dividi-lo entre: pré-Real (1990-1993); Plano Real (1994-1995); e pós-Real (1995-1999). Entre 1990 e 1993, nota-se que a proporção de pobres e o hiato de renda não se alteraram de maneira significativa, havendo até crescimento da pobreza nos estratos urbano e metropolitano (ROCHA, 2007). Entre 1994 e 1995, a proporção de pobres cai abruptamente (de 38% para 27%), ainda que o hiato de renda suba no período (de 58% para 62%): ou seja, a saída da pobreza foi dos menos pobres (ROCHA, 1996). Finalmente, no período pós-Real, a proporção de pobres e o hiato de renda voltaram a subir homogênea e conjuntamente (ROCHA, 2007), mostrando o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real (ROCHA, 2000).

O Brasil se encontra, no fim dos anos 1990, em uma situação com: 1) redução da migração inter-regional; 2) intensa mobilidade espacial; 3) retomada do Sudeste como área de absorção; 4) diminuição da migração de retorno (BAENINGER, 1999b, p. 10-11); 5) redução dos fluxos em direção à fronteira agrícola; e 6) surgimento de “pólos de absorção migratória, no âmbito inter-regional e intra-regional” (BAENINGER, 2011, p. 75). No século XXI, assim, as migrações internas no país assumem “importância crescente”, pois “as migrações de longa distância redesenharam seus trajetos e seus significados” e “as dinâmicas regionais passaram a imprimir especificidades às migrações urbanas-urbanas” (BAENINGER, 2011, p. 71; 2012b, p. 77).

No que tange as migrações internas, o cenário no século XXI é, para Baeninger (2012b), de redefinição das relações entre a migração e as questões econômicas e sociais (industrialização, ocupação da fronteira agrícola, mobilidade social e reestruturação produtiva). Isto trouxe “um novo dinamismo às migrações no Brasil, onde os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas (...), onde as migrações assumem um caráter mais reversível” (BAENINGER, 2012b, p. 83).

Cálculos sobre o Índice de Eficácia Migratória mostram que o Brasil tem (desde 1995) “uma intensa mobilidade da população, com o aumento das áreas de rotatividade migratória” (BAENINGER, 2012b, p. 86). Depreende-se que o estudo das migrações internas no século XXI deve contemplar: 1) a migração de retorno interestadual; 2) o encurtamento das trajetórias migratórias; 3) os fluxos para áreas não-metropolitanas; e 4) o surgimento de áreas de retenção (BAENINGER, 2012b, p. 92-93). Além destas ponderações, outro elemento relevante é o fortalecimento das migrações de curto prazo (RIGOTTI, 2008), as quais passaram de pouco mais de 10% entre 1986 e 1991 para quase 30% no quinquênio 2005-2010 (RIGOTTI, 2012).

No âmbito da evolução da pobreza, as décadas de 2000 e 2010 podem ser consideradas, diferentemente do que aconteceu nos anos 1990, de forte redução. Dados de Jannuzzi et al. (2014) ressaltam que tanto a proporção de pobres como o hiato de renda desta população caíram significativamente desde 2003. Por sua vez, Campello e Falcão (2014) mostram que, de 2003 a 2013, a proporção de pobres crônicos caiu expressivamente, independentemente da cor e da região do país. Entretanto, os dados apresentados por ambos os autores mostram que os anos 2010 apresentam certa desaceleração/estagnação neste processo.

Mostrou-se aqui, de maneira sintética e introdutória, que a migração interna no Brasil passou por reconfigurações diversas, enquanto o nível de pobreza, numa análise global, foi sendo sistematicamente reduzido, ainda que com diversas questões pendentes. Até o presente momento, apresentou-se a evolução destas duas dimensões



relevantes, mas ainda não se deram respostas a respeito de: como se relacionam migração interna e pobreza; e qual o papel da migração interna na redistribuição da pobreza no Brasil (e vice-versa).

Pesquisas para estudar e dimensionar a pobreza incluem estudos de casos (*cf.* TORRES et al., 2003) e comparações no espaço (*cf.* SCHUSCHNY; GALLOPÍN, 2004) e no tempo (*cf.* MEDEIROS; PINHO NETO, 2011). Todavia, não todos os pobres de um município nasceram nele, já que a migração pode ser adotada como estratégia de sobrevivência, ainda que parte dos pobres possa não ser capaz de migrar, por causa da exclusão social e/ou econômica (KOTHARI, 2002). A proporção de pobres e seu perfil podem variar com a migração (interna e/ou internacional), que também passa por metamorfoses ao longo do tempo (BAENINGER, 2012a): é preciso analisar a condição migratória da população em cada período, além da melhoria das condições de vida. Ademais, a pobreza é espacialmente heterogênea (DEICHMANN, 1999; HENNINGER; SNEL, 2002), ainda que os pobres, no Brasil, se concentrem em certas regiões (ROCHA, 2007; 2013), fruto de “desequilíbrios regionais e do modo como se foi historicamente configurando o complexo mosaico social brasileiro”. Assim, a heterogeneidade é um dos “consensos básicos” sobre a pobreza no Brasil (ROCHA; ALBUQUERQUE, 2003, p. 3).

Embora o estudo da pobreza tenha aprimorado as técnicas de desagregação (HENNINGER; SNEL, 2002), a área carece de pesquisas sobre o papel da migração interna, sua reconfiguração no tempo e seus impactos na (des)concentração dos pobres em determinadas regiões do país. Em outros termos, ainda não estão completamente esclarecidas as relações entre migração e pobreza (SIDDIQUI, 2012). Uma lista de questões ainda está pendente de resposta, tais como (SIDDIQUI, 2012, p. 8, tradução nossa):

- “Homens e mulheres pobres têm acesso à migração? ”;
- “Como os pobres se beneficiam da migração? ”;
- “Como a migração afeta o nível de pobreza dos que ficaram? ”;
- “Como a migração de pobres e não-pobres impacta nas comunidades de origem? ”;
- “Quais as implicações da migração sobre as economias das regiões de origem? ”.

Os resultados sobre a pobreza em uma região e período podem ser fruto de efeitos de composição oriundos da migração interna (CANO, 2011). Ao estudar a pobreza, não levar em conta a existência de fluxos migratórios pode impedir a percepção de que ela se alterou pelo fato de determinado segmento da população se mudar (levando consigo suas características socioeconômicas e demográficas).

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A fim de realizar as primeiras aproximações entre pobreza e migração, usam-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 1995 a 2014. A escolha por estes anos se deve à facilidade de análise à medida que é um período de estabilidade econômica. Ademais, esta fonte de dados tem variáveis que, durante este período, mantiveram suas categorias e sua forma de coleta (com poucas



exceções, devidamente adaptadas), o que garante comparabilidade ao longo do período. Desta fonte de dados, serão extraídas as seguintes variáveis para análise:

- Condição migratória e tempo ininterrupto de residência na atual UF;
- Variáveis demográficas: sexo (homem/mulher) e raça/cor (branco/negro);
- Variáveis espaciais: situação (urbano/rural) e residência (Norte/Sul).

As variáveis demográficas e de condição migratória são tomadas para a pessoa responsável do domicílio. No caso da condição migratória, entendeu-se (como *proxy*) haver migração quando o responsável pelo domicílio saiu da UF. A partir desta informação, foram criadas as categorias de migração: nunca migrou (quando nunca saiu da UF); retornado (quando nasceu na UF onde hoje mora, mas já residiu fora); e migrante (quando não nasceu na UF de atual residência). Para os dois últimos casos, adotou-se uma nova divisão, para saber há quanto tempo ininterruptamente (em anos) aquela pessoa residia na UF: 0 a 4; 5 a 9; e 10 ou mais.

Para análise dos níveis de pobreza, foi adotado o Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF), primeiramente introduzido por Barros, Carvalho e Franco (2006) e desenvolvido, na sequência, por Furtado (2012). Este é um índice multidimensional, o que permite inserir outros elementos que não apenas a renda “como determinante das condições de vida” (FURTADO, 2012, p. 7). Deste modo, é possível captar dimensões cuja ausência, naquela família (ou, neste caso, domicílio), resultam na “falta de oportunidades para viver uma vida plena” (SOARES, 2009, p. 13). Antes de seguir apresentando sucintamente a construção do índice, Bernardo Furtado ressalta que:

(...) a construção do índice **não é única, nem inequívoca** e, assim, permite apenas interpretações de **indícios fenomenológicos**, condicionais ao desenho específico do objeto analisado. Ainda assim, a despeito das diferenças nos procedimentos de construção de índices, pode se depreender que, observado o desenho de construção do índice, informações específicas **para determinada faceta de ação pública** são explicitadas para o agente público (FURTADO, 2012, p. 8, grifos nossos).

No intuito de captar as mais variadas dimensões que limitam as condições de vida, o IVF conta com 6 grupos de variáveis: vulnerabilidade social (VS); acesso ao conhecimento (AC); acesso ao trabalho (AT); escassez de recursos (ER); desenvolvimento infanto-juvenil (DI); e condições habitacionais (CH). Cada um dos grupos compõe \square do resultado, sendo que, para obter o valor de cada grupo, uma série de indicadores são escolhidos a partir da própria PNAD. Cada indicador representa um quesito de privação dentro de cada grupo, assumindo valor 1 caso seja preenchida a condição de vulnerabilidade e 0 nos casos contrários*. Resumidamente:

$$IVF_i = \frac{1}{6} \times (VS_i + AC_i + AT_i + ER_i + DI_i + CH_i), \quad 0 \leq IVF_i \leq 1 \quad (1)$$

A única adaptação feita, em relação à proposta original do índice, diz respeito à unidade de análise. Nos trabalhos que geraram o IVF, usa-se a família tal como pensada

* Os indicadores, os critérios de vulnerabilidade e as variáveis necessárias são apresentadas nas Tabelas de 1 a 6 de Furtado (2012). A forma de agregação dos vários indicadores em cada um dos seis grupos é apresentada na Tabela 7 de Furtado (2012); remete-se também, para justificar as diversas agregações, a Barros, Carvalho e Franco (2006).



e construída na PNAD. Neste exercício, vamos adotar o domicílio como unidade, à medida que entendemos que os corresidentes de toda a unidade (e não apenas os pertencentes à família como núcleo reprodutivo) são influenciados por (e influenciam, de todo modo) decisões da pessoa responsável. Portanto, estamos analisando, neste trabalho um Índice de Vulnerabilidade dos Domicílios (IVD).

3. RESULTADOS OBTIDOS

A análise do IVD por condição migratória (Figura 1) mostra que, de um modo geral, os retornados há menos de 10 anos têm os níveis de vulnerabilidade mais elevados, se comparados aos outros migrantes. Os migrantes não retornados têm um IVD abaixo da média geral (apontada pela linha tracejada), havendo diferenças pouco expressivas entre os que realizaram o último movimento nos últimos 10 anos. Durante todo o período de análise, os retornados há mais de 10 anos e os migrantes que realizaram o movimento há mais de uma década têm níveis semelhantes de pobreza (ambos próximos da média geral), o que mostra o processo de adaptação/absorção desta população.

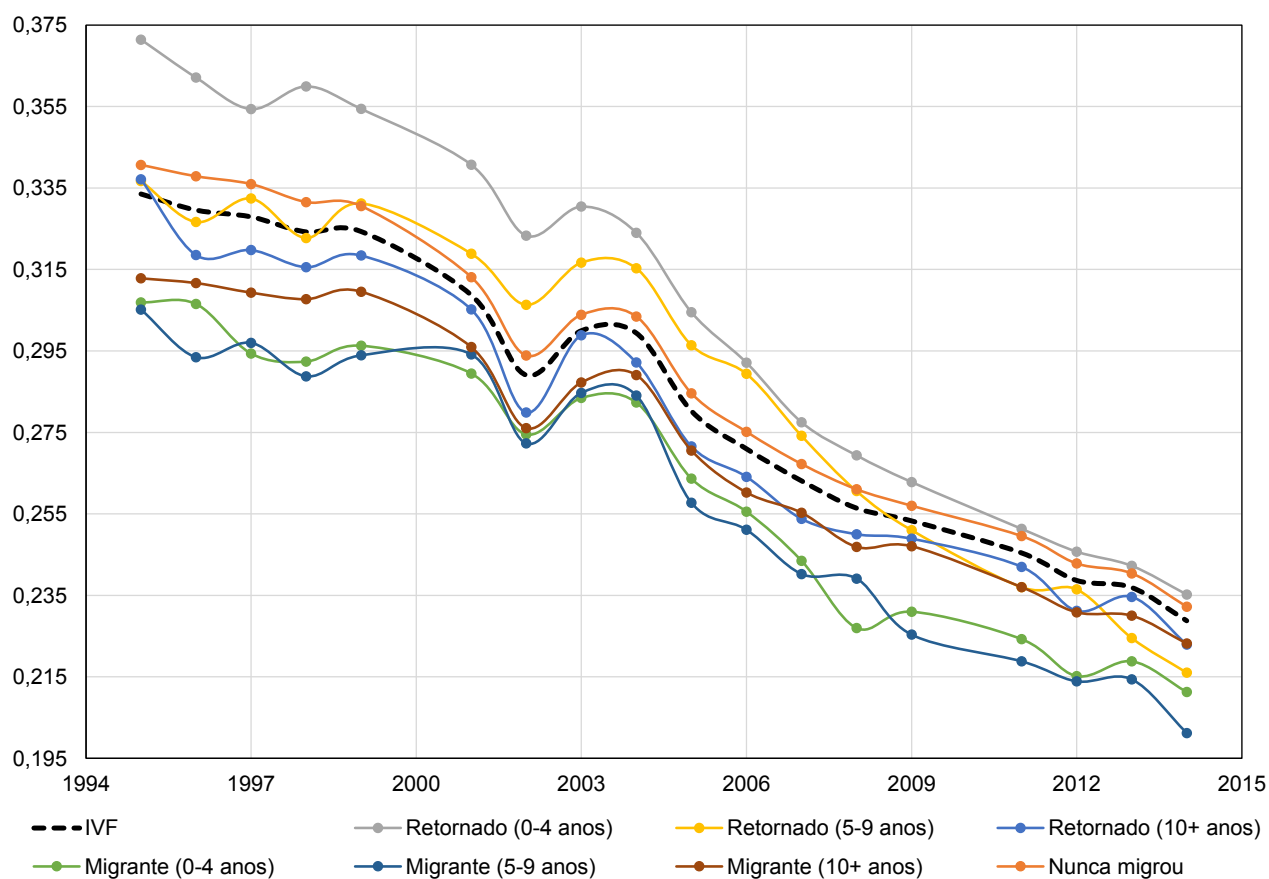


Figura 1 – Índice de Vulnerabilidade dos Domicílios segundo condição migratória, Brasil (1995-2014)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), 1995 a 2014. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).



A desagregação por condição migratória e sexo (Figura 2) mostrou que, entre migrantes (à direita), o hiato e os níveis médios de pobreza são menores do que entre retornados (à esquerda). De modo geral, os homens têm menor vulnerabilidade. Ademais, entre retornados, o nível de pobreza decai com o passar do tempo, enquanto que, entre os migrantes, há certa estabilidade e até mesmo alguma elevação. Isto confirma que, além do processo de adaptação dos migrantes, há certo nível de convergência dos níveis de pobreza com os encontrados entre os que nunca migraram.

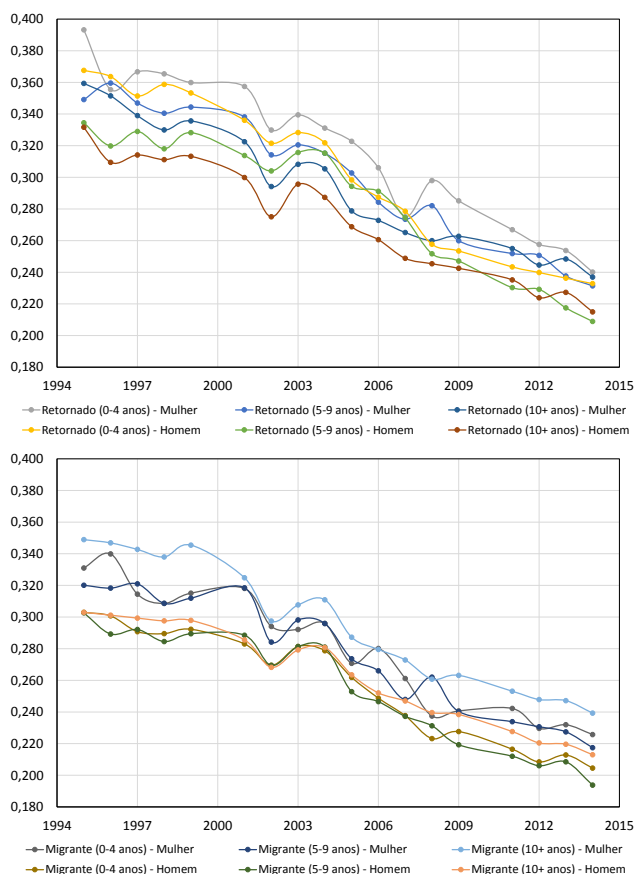


Figura 2 – Nível médio do IVD segundo sexo e condição migratória, Brasil (1995-2014)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), 1995 a 2014. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).

O uso da variável raça/cor (Figura 3) trouxe diferenças mais expressivas, tanto *within* (isto é, entre as categorias migratórias) quanto *between* (entre as variáveis da categoria raça/cor). Nota-se que, tanto entre retornados como entre migrantes, os responsáveis classificados como negros (isto é, ou pretos, ou pardos) têm níveis de pobreza mais elevados do que os brancos. Entre os migrantes, o hiato é menor do que entre os retornados, ainda que esta diferença se deva muito mais aos maiores níveis de vulnerabilidade à pobreza entre os negros. Isto significa que, de modo geral, não há diferenças tão expressivas entre migrantes e retornados brancos.

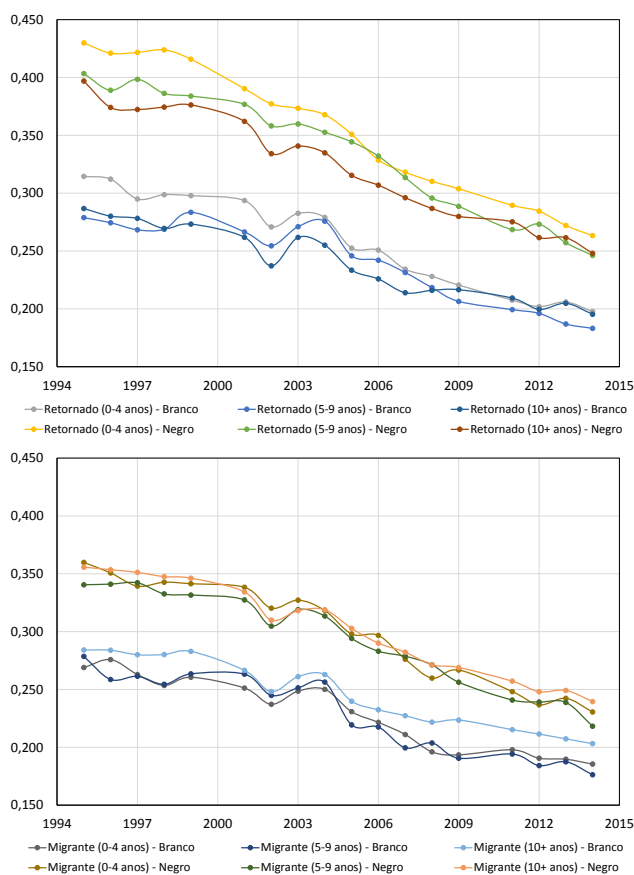


Figura 3 – Nível médio do IVD segundo sexo e condição migratória, Brasil (1995-2014)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), 1995 a 2014. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).

De todas as variáveis adicionais, a que mais discriminou foi aquela concernente à situação do domicílio (Figura 4). Novamente, é preciso ressaltar que, entre os migrantes retornados, há maior discriminação do que entre os outros migrantes. Complementarmente, todavia, nota-se que o hiato, em ambos os casos, teve redução inexpressiva, algo não observado anteriormente. Isto aponta que, independentemente do tempo ininterrupto de residência e do tipo de migração, residir nas áreas rurais traz implícito um maior nível de vulnerabilidade. Disto, se depreende que o meio rural tem elementos endógenos que dificultam o acesso a bens e serviços básicos para a cidadania plena.



XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH

Humanidades, Estado e desafios didático-científicos

Londrina, 27 a 29 de julho de 2016

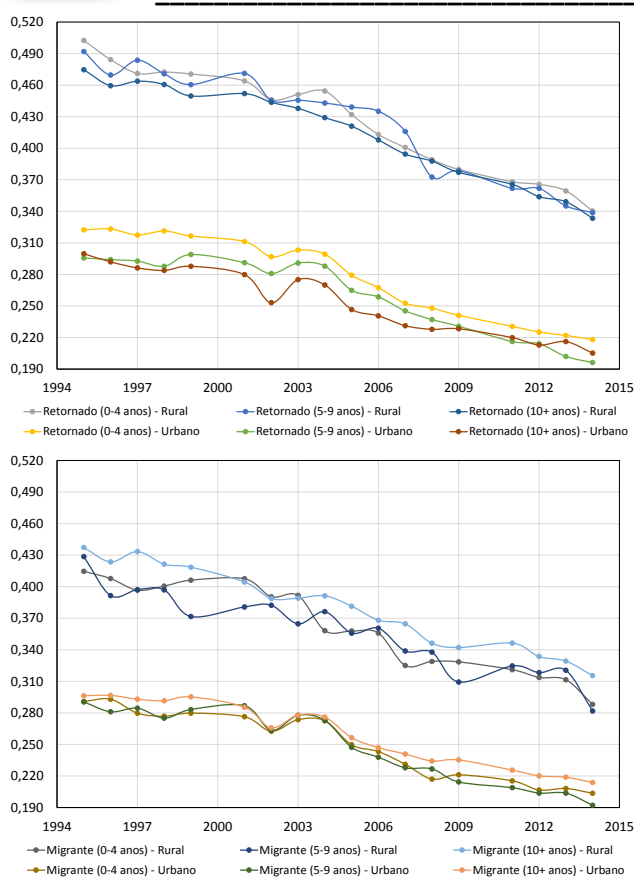


Figura 4 – Nível médio do IVD segundo situação do domicílio e condição migratória, Brasil (1995-2014)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), 1995 a 2014. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).

Finalmente, analisou-se o destino do fluxo migratório (em termos de grupos de grandes regiões), a fim de ter uma primeira aproximação a respeito do papel tanto do local de destino, como das etapas migratórias anteriores (ainda que de forma embrionária e limitada). Para tal, definiu-se o “Eixo Norte” como sendo o conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, enquanto o “Eixo Sul” é composto pelas regiões Sul e Sudeste (Figura 5). Os resultados acima, claramente, combinam fluxos inter-regionais com os intra-regionais. Deste modo, para ter uma compreensão melhor dos resultados obtidos, seria preciso desagregar tais fluxos em cada região, além de considerar os movimentos intra-estaduais e interestaduais.



XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH

Humanidades, Estado e desafios didático-científicos

Londrina, 27 a 29 de julho de 2016

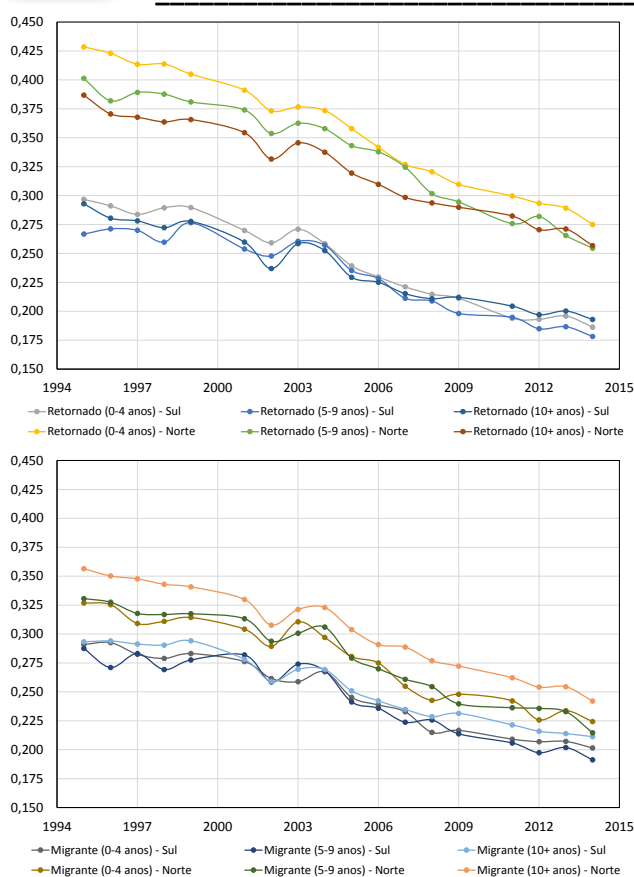


Figura 5 – Nível médio do IVD segundo região de residência e condição migratória, Brasil (1995-2014)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), 1995 a 2014. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).

O que se nota, pela análise dos gráficos acima, é que os que retornaram para UFs do Eixo Norte têm maiores níveis de pobreza do que os retornados para o Eixo Sul. Ademais, nota-se que os retornados para UFs do Sul/Sudeste têm menor vulnerabilidade domiciliar média, quando comparados a todos os outros grupos. Isto pode estar apontando para um retorno após etapas migratórias anteriores bem-sucedidas. O fato de o migrante não-retornado no Eixo Sul ter maior IVD que o retornado, possivelmente, pode indicar piores condições de contorno iniciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve, por objetivo, realizar uma primeira aproximação quantitativa entre migração e pobreza, com o intuito de analisar o impacto de algumas características da migração nos níveis de pobreza – a partir de um índice multidimensional. Para tal, foi utilizado, a partir dos dados da PNAD, o Índice de Vulnerabilidade das Famílias, adaptado para uso com domicílios. Com este índice, se analisou sua evolução entre 1995 e 2014, tanto em termos gerais, como desagregando por variáveis espaciais e demográficas.



Os resultados mostraram, de modo geral, que considerar os fluxos migratórios como um todo esconde a multiplicidade de especificidades que está por trás destes. Saber as características da população migrante, se é retornado ou não, a atual região de residência e se o domicílio está em área urbana ou rural são apenas algumas das variáveis a serem consideradas no estudo das migrações. Ainda que as fontes de dados quantitativas têm claras limitações no estudo das migrações, por meio destas é possível ver que alguns tipos específicos de migrantes têm maiores níveis de pobreza.

Foi feita aqui uma primeira aproximação para interligar migração e pobreza. Outras questões relevantes precisam ainda ser abordadas, tais como: 1) o impacto que a retirada dos migrantes das regiões de destino causa nos níveis de pobreza; 2) a concentração espacial dos pobres; 3) a relação entre a localização dos pobres e a composição destes; e 4) a evolução da população pobre e de sua composição, considerando idade, período e coorte. Algumas destas questões poderão ser abordadas a partir dos dados do Censo Demográfico (por meio de aproximações e adaptações metodológicas), enquanto outras demandam estudos qualitativos ou pesquisas específicas.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil: municípios metropolitanos e não-metropolitanos. *In: Encontro Nacional sobre Migrações*, 2., 1999, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1999a.

_____. **Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil, 1980-1996.** 243f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999b.

_____. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. *In: CUNHA, J. M. P. (org.) Mobilidade especial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo.* Campinas: NEPO/UNICAMP, 2011. p. 71-93.

_____. **Fases e faces da migração em São Paulo.** Campinas: NEPO/UNICAMP, 2012a.

_____. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **REMHU.** Brasília: CSEM, ano XX, n. 39, p. 77-100. 2012b.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza multidimensional no Brasil.** Brasília: IPEA, 2006 (Texto para Discussão, nº 1227).

CAMPELLO, T.; FALCÃO, T. O fim da miséria é só um começo. *In: _____; COSTA, P. V. (Orgs.). O Brasil Sem Miséria.* Brasília: MDS, 2014. p. 793-823.



CANO, W. **Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980.** Campinas: IE/UNICAMP, 2011. 38p. (Texto para Discussão IE/UNICAMP nº 193).

CUNHA, J. M. P. Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: Fundação SEADE, v. 17, n. 3-4, p. 218-33. 2003.

_____; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Caderno CRH.** Salvador: UFBA, v. 18, n. 43, p. 87-101. 2005.

DEDECCA, C. S.; CUNHA, J. M. P. Migração e trabalho: uma abordagem não algoz. *In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000.

DEICHMANN, U. **Geographic aspects of inequality and poverty.** Roma: FAO, 1999.

FURTADO, B. A. **Índice de Vulnerabilidade das Famílias:** atualização (2003-2009) e recortes geográficos. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. (Texto para Discussão nº 1699).

HENNINGER, N.; SNEL, M. **Where are the poor?** Experiences with the development and use of poverty maps. Washington, DC: World Resources Institute, 2002.

JANNUZZI, P. M. *et al.* **Dimensionamento da extrema pobreza no Brasil:** aprimoramentos metodológicos e novas estimativas para 2001 a 2013. Brasília: SAGI, 2014. 13p. (Estudo técnico nº 17/2014).

KOTHARI, U. **Migration and chronic poverty.** Manchester: Institute for Development Policy and Management, 2002. 32p. (Chronic Poverty Research Center – Working Paper nº 16).

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80.** Brasília: IPEA, 1994. 46p. (Texto para discussão nº 329).

MEDEIROS, C. N.; PINHO NETO, V. R. **Os determinantes da pobreza extrema no Estado do Ceará – 2010.** Fortaleza: IPECE, 2011. 45p. (Texto para Discussão nº 97).

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? *In: Encontro Nacional sobre Migrações*, 1., 1997, Curitiba. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1997.

RAMOS, L. **Poverty in Brazil in the 80s.** Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para discussão nº 361).

RIGOTTI, J. A (re)distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização. *In: Encontro Anual da ANPOCS*, 32., 2008, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2008.



_____. Reflexões sobre as tendências da redistribuição espacial da população no Brasil, à luz dos últimos resultados do Censo Demográfico 2010. **Ciência & Cultura**. Campinas: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 64, n. 4, p. 54-7. 2012.

ROCHA, S. **Renda e pobreza: os impactos do Plano Real**. Rio de Janeiro: IPEA, 1996. 38p. (Texto para discussão nº 439).

_____. **Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 26p. (Texto para discussão nº 721).

_____. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 244p.

_____. **Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011)**. Rio de Janeiro: INAE. 2013. 52p. (Estudos e Pesquisas nº 492).

_____; ALBUQUERQUE, R. C. **Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade à fome**. Rio de Janeiro: INAE. 2003. 37p. (Estudos e Pesquisas nº 54).

SCHUSCHNY, A. R.; GALLOPÍN, G. C. **La distribución espacial de la pobreza en relación a los sistemas ambientales en América Latina**. Santiago de Chile: CELADE/CEPAL, 2004. 43p. (Série “Medio Ambiente y Desarrollo”, nº 87).

SIDDIQUI, T. **Impact of migration on poverty and development**. Brighton: University of Sussex, 2012. 44p. (“Migrating out of Poverty” Research Programme Consortium – Working Paper 2).

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: _____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOARES, S. S. D. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais**. Brasília: IPEA, 2009. (Texto para Discussão, nº 1381).

TORRES, H. G. *et al.* Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 17, n. 47, p. 97-128. 2003.